



XI Congresso Português de Sociologia
*Identities ao rubro: diferenças, pertencas e
populismos num mundo efervescente*
Lisboa, 29 a 31 de março de 2021

**Secção/Área temática / Thematic Section/Area:
Sexualidade e Género**

**Revistas acadêmicas, estudos sobre gênero e feminismo no Brasil: os casos das
Revistas Estudos Feministas e *Cadernos Pagu*¹**

***Academic journals, studies on gender and feminism in Brazil: the cases of
Revista Estudos Feministas and Cadernos Pagu***

RÊGO, Sérgio Antônio Silva - Doutorando em Sociologia pela Universidade do Minho e Investigador Colaborador do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo da Universidade do Minho. E-mail: santoniorego@gmail.com

BRANDÃO, Ana Maria - Prof^ª. Auxiliar do Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e Investigadora Integrada do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo da Universidade do Minho. E-mail: anabrandao@ics.uminho.pt

Resumo

As publicações periódicas acadêmicas feministas representam um importante espaço para divulgação, discussão e formação de organismos e/ou pessoas que se interessem pela temática. No início dos anos 1990, surgiram duas publicações – Revista de Estudos Feministas (1992) e Cadernos Pagu (1993). Nesse texto objetivamos compreender como ocorreram as alterações temáticas nessas revistas e como esse processo pode ser interpretado em relação aos Estudos sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (EMGF). Nossa proposta é realizada por meio de uma análise dos resumos e palavras-chaves de um total de 132 artigos, distribuídos nos números das publicações citadas a cada dez anos a partir do início delas. Fundados nisso, expomos, recorrendo a uma análise de conteúdo categorial, as principais temáticas trabalhadas e as alterações ocorridas ao longo dessas décadas de EMGF. As primeiras conclusões apontam para uma abertura e consolidação temática no país, contando com uma ampla pluralidade geográfica, relativamente a quem submete trabalhos.

Abstract

Feminist academic periodical publications represent an important space for dissemination, discussion and training of organizations and/or people interested in the subject. In the early 1990s, two publications appeared – Revista de Estudos Feministas (1992) and Cadernos Pagu (1993). In this text, we aim to understand how thematic changes occurred in these journals and how this process can be interpreted in relation to Studies on Women, Gender and Feminism (EMGF). Our proposal is carried out through an analysis of abstracts and keywords of a total of 132 articles, distributed in the numbers of publications cited every ten years from their beginning. Based on this, we expose, using a categorial content analysis, the main themes worked on and the changes that have occurred over these decades of EMGF. The first conclusions point to an opening and thematic consolidation in the country. Relying on a wide geographic plurality, in relation to who submits works.

Palavras-chave: Revista acadêmicas; feminismo acadêmico; Brasil; Estudos Feministas e de gênero.

Keywords: Academic journals; academic feminism; Brazil; Feminist and gender studies.

XI-APS-49545

Introdução

A divulgação científica é um aspecto fundamental da comunicação entre pares, além de ser um caminho utilizado para que o conhecimento produzido em espaço acadêmico possa dialogar com a comunidade, em geral (Lopes e Piscitelli, 2004). Seu exercício decorre, dentre outros aspectos, da necessidade de estabelecer o debate de ideias e melhorar, a partir disso, a fundamentação da teoria, assim como de aspectos metodológicos que o terreno, em sua diversidade, exige.

Devido à sua periodicidade, as publicações acadêmicas são veículos mais ágeis do que, por exemplo, as edições de livros, e permitem atingir um público leitor mais amplo e diverso, tanto a nível de formação, quanto ao do interesse sobre uma plêiade de temas. Desse modo, a comunicação científica é chamada, progressivamente, a contribuir com pautas que vão além de seus espaços mais evidentes, pautas políticas e sociais. Levar em consideração essas dimensões não significa afirmar que a ciência deva perder de vista critérios rigorosos.

A partir da segunda metade do século XX, o feminismo, enquanto teoria crítica multifacetada e ativismo exercidos no interior dos espaços acadêmicos, incentivou a produção do conhecimento científico. Como destaca Yasmine Ergas (1991: 595), “O feminismo trouxe consigo uma verdadeira explosão de saber” – de modo substancial, a partir da denúncia da ausência da produção realizada por mulheres. Em vista disso, o feminismo procura ampliar suas ações, tanto a nível de publicação, como de formação. A divulgação é uma consequência dos embates empreendidos, assim como das intensas contribuições trazidas ao longo dos anos.

Concretamente, estas ações de impulso foram intensificadas a partir da ampliação do número de mulheres, estudantes e docentes/ investigadoras, em estabelecimentos de ensino superior, especialmente daquelas que passaram a empreender investigações ligadas aos estudos sobre a mulher/mulheres, feministas e/ou de gênero² (EMGF). Nesse sentido, há um significativo aumento no número de trabalhos e debates/discussões, em vários níveis e espaços. As publicações periódicas acadêmicas feministas passaram a representar, no campo científico, um significativo lugar de construção e divulgação do diálogo acerca dos saberes produzidos por mulheres (mas não somente por estas), mas também um estímulo à produção científica. No campo

político, representam a visibilidade da ação e a afirmação de posicionamentos contra o androcentrismo.

Outras categorias sociais também foram, ao longo do tempo, tendo seu poder e espaço minorizados no interior das academias e na produção do conhecimento. Observando o caso do Brasil, na contemporaneidade, podemos recorrer a Cristina Wolff (2019: 38), que defende que a *Revista Estudos Feministas* representou/ representa um duplo desafio, na medida em que a violência – multifacetada – manifesta-se de maneira especial em relação às mulheres, mas também à comunidade Lésbica, Gay, Bissexual e Transgênero (LGBT). A essa violência soma-se a ausência de políticas públicas que fomentem de maneira perene a criação, manutenção e desenvolvimento dessas estruturas científicas de divulgação de saberes.

As publicações periódicas científicas feministas remontam aos anos 1960-1970. De modo mais específico, foram criadas nos espaços acadêmicos norte-americano e em alguns países europeus. Elas auxiliaram no impulso da produção feminista em diversas áreas e, de modo substancial, as ciências humanas e sociais. As revistas feministas temáticas, por áreas de conhecimento, foram uma efetiva contribuição do momento. História, antropologia, filosofia, sociologia são alguns dos exemplos que trazemos.

Essas publicações são caracterizadas pela forte interdisciplinaridade (Navarro, 2004), aspecto que será umas das principais contribuições do seu processo de instauração e ampliação, decorrente de uma multiplicidade metodológica advinda das várias contribuições indicadas, sendo definidas, na maioria das vezes, como de temáticas transversais. Esse aspecto ainda remete a intensas discussões e disputas de espaço e reconhecimento nos domínios político e acadêmico, o que envolve uma série de questões (cf. Pereira, 2017; Rêgo, 2019).

A década de 1990 demonstrou ser um período de significativa ampliação no que diz respeito à disseminação do conhecimento científico quando falamos das questões que versam sobre EMGF. Concretamente, quando observamos associação da divulgação do conhecimento científico ao ativismo feminista, percebemos que o Brasil é o primeiro país de língua portuguesa a estabelecer esse processo de forma contínua e, até o momento, ininterrupta. De modo específico, no espaço acadêmico brasileiro, isso é visível desde a realização de seminários/ colóquios/ congressos que discutiram as questões prementes naquele momento até ao aumento do volume de produção impressa (de modo especial, livros) que abordassem discussões sobre a temática. Até àquele

momento, os materiais eram publicados, com alguma regularidade, em formato de livros e artigos – neste último caso, notadamente em periódicos e congressos de associações científicas com concentração na área das ciências humanas e sociais, de modo disperso.

A criação de algumas revistas acadêmicas representou mais uma das contribuições do ativismo exercido por acadêmicas feministas no Brasil. Já nos primeiros anos da década 1990 foram editadas e divulgadas duas publicações autodenominadas feministas: a *Revista Estudos Feministas (REF)*, em 1992, e, no ano seguinte, a *Cadernos Pagu*. A primeira tem início na academia do Rio de Janeiro. Posteriormente, em 1999, é transferida para Santa Catarina, de modo mais concreto, para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A segunda concentra-se em São Paulo, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Com isso, percebemos que ambas estão no espaço geográfico do Sudeste-Sul do Brasil.

Estas duas publicações são os nossos casos de análise. O objetivo desse trabalho é o de compreender se ocorreu, ou não, uma alteração temática nas revistas acadêmicas feministas do Brasil, num período marcado a cada dez anos, e perceber como esse processo pode ser interpretado em relação aos EMGF ao longo dessas duas décadas. Os dados analisados em nosso trabalho referem-se às edições publicadas e distribuídas num período de dez em dez anos, tendo como base o ano de circulação do primeiro número de cada uma das publicações. Nesse segmento, para a *REF*, o ano registrado é 1992. Para a *Cadernos Pagu*, é 1993. No total, foram analisados, para a primeira publicação, um total de seis números e, no caso da *Cadernos Pagu*, um total de cinco números.

1. Ativismo acadêmico e publicações feministas no Brasil

Em meados da década de 1960, especialmente na Europa Ocidental, os cursos acadêmicos, especialmente aqueles a que é atribuído maior *status*, eram ocupados majoritariamente por homens (Evans, 1997: 14), com destaque para as discussões consideradas de interesse público e que estavam predominantemente associadas ao masculino. Essa característica preconiza o tom sexista que alguns desses cursos possuíam/possuem e o predomínio do androcentrismo nesses espaços. Mary Evans (1997: 101) destaca o desenvolvimento de uma nova linguagem para discutir temas já “consagrados”, especialmente no campo das ciências sociais, assim como a construção

de novos *slogans* no campo político que estava sendo aberto (“o pessoal é político” é um deles). Questões de diversa ordem – social, política, econômica, cultural – eram debatidas, inclusive no interior do próprio feminismo acadêmico e sob sua própria atuação. Portanto, perceber essas alterações de protagonismo em alguns dos cenários é uma maneira de afirmação e potencial crescimento, transformando a área e procurando viabilizar a construção de novos discursos (cf, entre outros, Soihet e Costa, 2008; Pereira, 2012).

Maria do Mar Pereira (2012: 291) apresenta a seletividade e o ceticismo, por parte de membros do corpo acadêmico, acerca dos saberes produzidos por feministas como um dos maiores empecilhos para sua aplicação mais ampla. Compreendemos que essa é uma atitude que negligencia toda a contribuição e renovação trazida pelos trabalhos feministas, de forma concreta, através de sua epistemologia aplicada ao conhecimento científico como um todo (Lovell, 1996), e representa mais uma forma de tentar menosprezar os contributos dos diversos feminismos ao longo do tempo.

Centrando a discussão no reconhecimento acadêmico dos EMGF, Beatriz Rocha-Trindade e Maria Laura Pires (2013: 120-121) destacam a dificuldade de manutenção do interesse universitário, seja no sentido científico, seja de atendimento ao mercado, e salientam que as iniciativas de criação de cursos representam um rompimento com essa tendência. O esforço deve-se à procura por projetos em associação com áreas (temáticas) ou departamentos (numa dimensão interna a uma dada realidade) para se fazer afirmar, angariando forças para tal iniciativa. Observamos que as publicações periódicas vão além dessas questões, pois elas ultrapassam essas questões, mas necessitam de formar pessoas e desenvolver pesquisas na área para promoverem sua periodicidade.

Juntamente, a criação de cursos universitários e disciplinas sobre EMGF no Brasil e as publicações acadêmicas impulsionaram a consolidação dessa área. Maria Luiza Heilborn e Bila Sorj (1999) chamam a atenção para a concentração na área das ciências humanas e sociais como um fenômeno não apenas nacional, mais corroborado noutras realidades acadêmicas.

Uma das principais contribuições dos EMGF para a ciência é o rompimento com um padrão que tomava como referência central o homem/ masculino. Assim, o espaço acadêmico passa também a ser compreendido enquanto local de luta por poder, um ambiente onde a militância e o ativismo podem e devem ser exercidos.

Conseqüentemente, novos modelos de enfrentamento e de divulgação científica são propostos, e os periódicos são um deles. Um feminismo acadêmico declaradamente político e ativista é perceptível em muitos espaços (Evans, 1997: 187). Para tanto, acrescentamos a ideia trazida por Donna Haraway (1995: 15) quando fala sobre o papel do(s) feminismo(s) e das feministas, principalmente as acadêmicas, em relação à ciência e às explicações que os saberes possuem para transformação do mundo como um importante compromisso desses grupos. Nessa visão, as revistas periódicas feministas são, dentre outros aspectos, meios de comunicação entre espaços acadêmicos e com o meio social, em geral, permitindo a articulação de lutas em comum.

Do mesmo modo que a academia reproduz a cultura – consciente ou não de seu papel –, as relações de poder – saber, político e econômico – também são observáveis nela. É justamente por isso que se torna um espaço de embates, na evidente tentativa de romper padrões normalizados.

As discussões em torno de questões sobre gênero e teorias feministas estão cada vez mais presentes no cotidiano quer seja de sala de aula, quer seja em publicações (livros, revistas e outros meios), assim como nos trabalhos produzidos (artigos, monografias, dissertações, teses) tanto no cenário nacional, como no exterior (Rêgo, 2017). Diversos temas são trabalhados, sobre uma plêiade de correntes teóricas e variadas metodologias, que auxiliam na dinamização dessa área. Nesse sentido, um dos aspectos mais importantes da divulgação são as publicações acadêmicas, com destaque para aquelas de cariz feminista. Essas publicações são definidas por Maria Margaret Lopes e Adriana Piscitelli (2004: 116) como possibilitando

...a existência de sistemas de comunicação, vinculados a processos ativos de persuasão, negociação, contestação e modificação, através dos quais observações e interpretações teóricas tendem a ser seletivamente construídas e re-construídas no campo científico. Os periódicos científicos são percebidos, portanto, como os veículos essenciais da comunicação acadêmica. Isso justifica a centralidade que se lhes concede na construção de modelos de indicadores de avaliação de desempenho científico.

Além das dimensões descritas, as publicações acadêmicas constituem espaço de avaliação da profissão científica nacional, especialmente pela utilização de padrões de qualificação que auxiliam na indicação e produtividade de determinado profissional e/ou

programa (em especial de pós-graduação) aos quais esteja vinculada/o. Esse é um aspecto que auxilia nessa projeção dada à publicação de trabalhos (em autoria solitária ou em conjunto), especialmente em periódicos com grande visibilidade, reconhecimento, aceitação e qualidade.

Relativamente aos casos analisados, uma característica de expressão concreta de um ativismo feminista está patente em seus primeiros editoriais (Lavinias, 1992; Piscitelli, 1993). A dimensão política associada à esfera da produção e divulgação é um atributo particular, mas não exclusivo do feminismo. A circulação e aceitação dessas publicações representam a divulgação do pensamento feminista em espaço acadêmico – a nível nacional – com qualidade e, ao mesmo tempo, decorrente da sua evidente função militante, mas são também uma maneira de ampliar o número de pessoas que compreendem e se dedicam a esta área, possibilitando sua consolidação e possível utilização das ideias divulgadas em maior escala.

Ambas as publicações possuem trajetos que podem ser equiparados, especialmente quando observamos a qualidade que possuem e a divulgação, tendo auxiliado na ampliação e sedimentação de conceitos, teorias e discussões acerca das temáticas trabalhadas. Ao longo desse tempo, essas publicações foram consolidadas e acabaram por se tornar em referências importantes na área a nível mundial e nacional, do mesmo modo quando consideramos o uso da língua portuguesa como fonte de divulgação do conhecimento (Rêgo, 2019).

A *REF* é criada em 1992 a partir de um grupo interdisciplinar e interdepartamental de acadêmicas brasileiras que discutiam a temática. Procurava ser um canal de veiculação de conhecimento de excelência, assim como um espaço de diálogo entre a academia e os movimentos de mulheres e/ou feministas (Lavinias, 1992; Wolff, 2008: 81-82).

A utilização do termo feminista está expressa desde o próprio título da publicação, indicando sua dimensão de ativismo político acadêmico. Como aponta Marysa Navarro (2004: 60), a autodefinição é uma importante ferramenta a nível de representatividade: “As revistas são feministas porque se declaram feministas”. Albertina Costa (2004: 208) destaca o debate promovido em torno da introdução do termo feminista ou gênero para o título da publicação, além de outras ideias, como nomes ligados à mitologia grega ou semelhantes de revistas anglófonas. A ideia de ativismo passou a ser a mais forte e foi aquela que permaneceu.

Essas mulheres acadêmicas, que compunham os primeiros quadros da revista, empreenderam um esforço particular de criação de um projeto de publicação, que concorreu a um edital da Fundação *Ford* e acabou por ser contemplado com uma bolsa³. Há também um apoio fornecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), instituições que compõem o quadro de fomento científico no Brasil.

O financiamento concedido pela Fundação *Ford*, de modo particular, devido ao expressivo montante, foi fundamental para os primeiros anos da publicação, assim como para uma imagem profissionalizada, permitindo contratar uma equipe de funcionários e gráficos. Permitiu, ainda realizar uma distribuição e criar uma rede de participação de *expertise* – nacional e estrangeira – que resultou na crescente contribuição de parceria entre acadêmicas/os tanto do país, quanto de fora dele, conferindo à revista um *status* de grande qualidade (Lavinias, 1992; Costa, 2004; Diniz; Foltran, 2004; Wolff, 2008; 2019). Esta última é uma das principais marcas da revista, a qual é considerada uma das principais publicações da área de gênero e feminismo em língua portuguesa em todo o mundo. Conforme o *Scimago Journal & Country Rank* (SJR, 2020), a *REF* possui avaliação Q2, figurando entre as melhores em língua portuguesa.

A interdisciplinaridade é uma outra marca da publicação desde sua formação. Contava com o apoio de renomadas/os especialistas em suas áreas, quer seja no envio de material para publicação, quer seja nos processos de avaliação e estabelecimento de contatos com teóricas/os de outras localidades (nacionais e estrangeiras). Naquele momento, essas/es especialistas estavam mais concentradas/os nas áreas das ciências humanas e sociais aplicadas, assim como das letras. As integrantes que fundam o projeto não estavam concentradas numa mesma instituição. Elas desempenhavam funções acadêmicas, especialmente de lecionação, e desenvolviam pesquisas na área dos EMGF. Essas características serviram de base a uma difusão político-científica, sedimentada já em seu primeiro editorial (Diniz e Foltran, 2004).

Diante do encerramento do projeto com a Fundação *Ford*, em 1998, como destaca Cristina Wolff (2008: 82; 2019: 40), ocorreu uma mudança de localização da publicação. Decorrente dos elevados custos de manutenção da estrutura, sem aquele apoio, tornava-se impraticável continuar sua edição (Costa, 2004: 209). A *REF* passou,

então, a ser editada na UFSC, onde continua a ser editada e é, reconhecidamente, uma das maiores e mais qualificadas revistas na área dos EMGF.

Nosso segundo caso, *Cadernos Pagu*, passa ser publicada a partir de 1993. O periódico é decorrente do trabalho de acadêmicas, em sua maioria, localizadas na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) (cf. Corrêa, 1993). Origina-se de um Centro de Estudos, após tornado Núcleo, com o mesmo nome, *Pagu* (Corrêa, 1994: 6). O nome da publicação remete ao ativismo pretendido, como referido por Mariza Corrêa (1993), em memória de Patrícia Galvão. Até o presente, encontra-se sediada na mesma instituição e consolidou-se como um dos principais periódicos na área dos EMGF, no Brasil e no mundo. Segundo o SJR (2020), tem também sua avaliação enquadrada como Q2.

A qualidade das publicações é uma das preocupações iniciais do grupo, no sentido de divulgar e auxiliar a consolidação da área de estudos, procurando desenvolver a temática a nível nacional, na dimensão continental que o país possui. E acabou ultrapassando essas fronteiras, diante das demandas que foram trabalhadas e as articulações criadas, de modo especial, a partir de parcerias com acadêmicas/os de outras universidades e países. Essa medida é decorrente do intenso trabalho personalizado de suas integrantes. além da utilização dos materiais publicados – em sua maioria, em língua portuguesa – em diversos Programas de Pós-Graduação espalhados pelo país. Diante desse cenário, a publicação consolidou-se e amplificou sua importância.

É uma publicação que possui também a interdisciplinaridade como elemento central. As contribuições das áreas das ciências sociais e humanas são aquelas com maior expressão, numa evidente ligação com a área de formação de suas fundadoras, e como é também frequente a nível mundial. A proposta de trabalho conjunto com a comunidade extramuros foi um convite aberto desde o primeiro momento, apelando-se para contributos tanto nacionais, como estrangeiros (Piscitelli, 1993: 5-6; Lopes e Piscitelli, 2004).

Nesse íterim, é observada a grande profissionalização da publicação, processo que ocorre ao longo dos anos. A revista passa por um processo quase de edição artesanal, dependente de um intenso esforço pessoal e gratuito de suas integrantes (que, em alguns aspectos, ainda perdura), para um trabalho mais elaborado, em alguns aspectos, ainda precário, com a divulgação em meios eletrônicos, qualidade gráfica

e grande procura. O periódico acaba por integrar importantes listas de grandes indexadores, com destaque para a *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*.

Ao longo do tempo, *Cadernos Pagu* passa a ter uma crescente procura, configurando-se como um reconhecido canal de disseminação de ciência na área dos EMGF, inicialmente realizado através dos contatos entre acadêmicas e suas parceiras noutras universidades e/ou centros de pesquisas. Com o passar do tempo, esse processo foi amplificado – profissionalizado – através de meios de divulgação como seminários, congressos, colóquios, feiras e, mais recentemente, com o acesso disponibilizado em plataformas virtuais. Destacamos também a referenciação e citação de trabalhos publicados, ampliando seus usos e servindo como grande referência. Essa medida por ser percebida a partir, por exemplo, a tradução de textos basilares do feminismo internacional para a língua portuguesa ou a angariação de trabalhos de pessoas de todas as regiões do país. Esse último aspecto demonstra um evidente compromisso de não localização ou redução à área científica ou zona geográfica.

Suas fontes de renda iniciais dependiam especialmente das vendas dos números lançados. Um número ajudava na confecção do outro, especialmente quando as publicações possuíam edições impressas. Posteriormente, recorre-se também a concursos a financiamentos por parte dos órgãos de fomento científico – a nível nacional, CNPq e CAPES, e, a nível regional, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Posteriormente, a divulgação aberta em ambiente virtual representou um barateamento no custo final das publicações, empecilho que bloqueava muitos trabalhos e impedia o alcance de um maior número de leitoras/es. Essa redução de custos vai desde a produção em gráficos/editoras até aos portes de envio, que limitava bastante a sua circulação.

Cadernos Pagu deixa de publicar em formato físico em 2014 e a *REF* a partir de 2016. Assim, podemos perceber também a grande projeção dada a partir da ampliação do uso da rede internacional de computadores para esse segmento de divulgação científica. Destacamos, ainda, que seu financiamento é constituído por concorrência a editais nacionais (CNPq e CAPES), o que não ocorreu com expressividade nos anos de 2020 e 2021 e que pode vir a comprometer a regularidade e até mesmo a continuidade das publicações, resultado de uma decisão a nível federal.

Uma outra característica comum dessas publicações é o trabalho voluntário de académicas/os que constituem os quadros da publicação, seja a nível da composição das edições, seja quando exercem a função de avaliação. Esta última é essencial para a dinamização do conhecimento científico, especialmente pela oportunidade de debater os dados, teorias e usos metodológicos desenvolvidos no processo de investigação. Esse trabalho é somado a já cheia agenda de atividades de docentes e pesquisadoras/es, sobretudo por serem atividades não públicas, ou seja, realizadas, em sua maioria, em espaços que não envolvem o trabalho formal.

Além disso, as publicações possuem um regime contínuo de recepção de material, sem custos para quem o encaminha e composto por algumas etapas: leitura prévia e adequação às normas, encaminhamento e designação de avaliadoras/es com *expertise* na área, contato com autora/e(s) e, se aprovado, passar pelo processo de diagramação, edição e, enfim, a publicação. Esse longo processo nos indica que o conhecimento científico possui um tempo de desenvolvimento e maturação.

Destaca-se também a pluralidade de temas e teorias. Relativamente ao primeiro aspecto, que é o foco de nosso texto, ele configura-se como uma espécie de quadro contextual de uma realidade. Noutras palavras, revela o que se produz e discute sobre os EMGF no país, além de demonstrar alguns possíveis impactos nesses espaços. Desse modo, verificar se as temáticas foram alteradas e caso tenha ocorrido quais foram os desdobramentos ao longo do tempo (cf. Holanda, 2018; 2019; 2020). Pois acreditamos que essa dimensão pode contribuir com a introdução de políticas públicas em vários níveis e de múltiplas orientações, com forte impacto social.

Procedimento metodológico

A metodologia utilizada nesse trabalho é de base quantitativa (Gil, 2008). Analisamos os casos das duas publicações académicas feministas indicadas (*REF* e *Cadernos Pagu*), que foram escolhidas por possuírem um grande e significativo volume de material publicado, um longo período de existência se estarem consolidadas na área dos EMGF.

Utilizámos a análise de conteúdo temática ou categorial (Bardin, 2016 [1977]; Quivy; Campenhoudt, 2017 [1992]) a fim de sintetizar o material recolhido e estabelecer recortes temporais mais precisos.

Verificámos os dados das publicações indicadas a cada dez anos, tendo por base o ano de circulação do primeiro número de cada uma delas – 1992 para a *REF* e 1993 para *Cadernos Pagu*. Em vista disso, os volumes analisados são: para a primeira revista, 1992 (1 – v. 0, n. 0), 2002 (2 – v. 10, n. 1; v. 10, n. 2) e 2012 (3 – v. 20, n. 1; v. 20, n. 2; v. 20, n. 3); para a segunda, 1993 (1 – n. 1), 2003 (2 – n. 20; n. 21) e 2013 (2 – n. 40; n. 41). Isso perfaz um total de 11 volumes, 6 da *REF* e 5 da *Cadernos Pagu*. Os dados analisados tiveram em consideração uma separação em três níveis: dados relativos aos periódicos, dados referentes à primeira autoria e, por fim, os dados do artigo. A tabela 1 sintetiza essas informações, que iremos detalhar na seção seguinte.

Tabela 1 – Quadro síntese dos dados analisados para cada artigo

Dados do periódico	Dados da primeira autoria	Dados do artigo
Nome do periódico	Sexo	Idioma
Ano	Vínculo	Temática (detalhada e geral)
Edição	Formação	Resumo
Sessão	Área	Palavra-chave
	Escolaridade	
	Nacionalidade	

A fim de apurar os dados relativos aos “Dados da primeira autoria”, optámos pela consulta individual ao currículo acadêmico da pessoa que assina como primeira autoria. Enfrentámos algumas dificuldades, nomeadamente, a ausência, desatualização ou mesmo inexistência de elementos curriculares para consulta. Essa informação é também variável, dependendo dos casos, podendo ser utilizadas diversas plataformas que dependem bastante do espaço acadêmico onde está localizada a pessoa em questão. A Plataforma Lattes – comum aquelas pessoas que desempenham funções acadêmicas no Brasil – foi a mais utilizada, mas destacamos também o ORCID e as páginas em ambiente virtual de departamentos acadêmicos de diversas universidades.

Em relação aos “Dados do artigo”, para criar as categorias, foram realizadas leituras dos resumos e palavras-chave do conjunto de artigos que os possuía. Para aqueles em que essa informação não estava presente, tratámos de ler a introdução e assim

estabelecer um maior rigor. Desse modo, chegamos a um conjunto de 14 categorias temáticas: *artes, gênero e minorias sexuais; corpo, sexualidade e saúde; economia, organizações e trabalho; educação, mulheres e gênero; famílias, relações de familiares e filiação; gênero, esporte e formas de sociabilidade; identidade, gênero e minorias sexuais; literatura e escrita de mulheres; meio ambiente e fluxos migratórios femininos e de gênero; mulheres, minorias, política e poder; pensamento e práticas feministas, de gênero e queer; representações da mulher, do feminino e do gênero; residual e violência sexual e gênero*. Posteriormente, utilizámos para o tratamento dos dados o software *IBM SPSS Statistics 26*.

Análise e resultados

O total de artigos analisados é de 132. Destes, 83 são referentes à *REF* e 49 à *Cadernos Pagu*. Estão assim distribuídos por anos: *REF* (1992 – 11; 2002 – 27 e 2012 – 45) e *Cadernos Pagu* (1993 – 7; 2003 – 14 e 2013 – 28).

Relativamente às seções em que esses trabalhos estão distribuídos, estas foram 4: artigos livres (74); dossiês (48); números temáticos (7); e estudos e ensaios (3). Ao longo dos anos, ocorre uma variação na nomenclatura dada a algumas das seções, verificando-se a seguinte distribuição para o caso da *REF*: artigos livres (42); dossiês (31); números temáticos (7) e estudos e ensaios (3). Já na *Cadernos Pagu* encontramos duas seções: artigos livres (32) e dossiês (17). Essas seções foram escolhidas por serem aquelas com maior constância ao longo dos anos, demonstrando uma regularidade na avaliação das temáticas abordadas.

Em relação aos dados da primeira autoria, temos: sexo, vínculo institucional, área de formação, escolaridade e nacionalidade.

Com relação ao sexo das pessoas que publicam, temos a seguinte distribuição geral: 116 (87,88%) feminino e 16 (12,12%) masculino. O expressivo quantitativo feminino nesses números não é de estranhar, devido à iniciativa das publicações em visibilizar trabalhos de mulheres sobre mulheres. O sexo de quem publica não é, todavia, um elemento excludente, como podemos verificar na presença de trabalhos de homens – no caso da *REF*, 9 (10,84%) e da *Cadernos Pagu* 7 (14,29%). Refira-se também uma crescente participação de homens nas publicações desde os

primeiros números, posto que, nos números iniciais de ambas as revistas eles não estão presentes em primeira autoria.

A respeito do vínculo institucional de quem publica, temos a seguinte distribuição total (ambas as publicações): membro de academias 121 (91,67%); membros de Organizações Não Governamentais e/ou Associações 5 (3,79%); empresa pública 2 (1,52%); organismos supraestatais 1 (0,75%) e não identificados 3 (2,27%). Podemos perceber a concentração de pessoas do meio acadêmico, embora não exclusivamente desse meio. Em relação a cada uma das publicações, no caso da *REF* temos: academia 74 (89,16%); ONG/Associação cinco (6,03%); Empresa Pública assim como Organismo Supraestatal um (em cada) (1,20%), quanto aos não identificados temos dois (2,41%). Quanto à *Cadernos Pagu*, temos: academia 47 (95,92%); Empresa Pública e não identificados com um (em cada) (2,04%). A *Cadernos Pagu* é, portanto, aquela com maior concentração no espaço acadêmico.

Quando observamos o grau de escolaridade das pessoas que publicam, temos a seguinte informação geral: doutorado, 123 (93,18%); mestrado 2 (1,51%); licenciatura/graduação, 6 (4,55%) e não identificados 1 (0,76%). Analisando por publicação, temos, para a *REF*: doutorado 75 (90,37%); mestrado 1 (1,20%); licenciatura/graduação 6 (7,23%) e não identificados 1 (1,20%). Já para *Cadernos Pagu*, temos: doutorado 48 (97,96%) e mestrado 1 (2,04%). Os dados apresentam a grande maioria, acima de 90% para o primeiro caso e 97% para o segundo de pessoas com doutorado concluído. Esse aspecto analisado é também decorrente do constante processo de aperfeiçoamento e formação curricular de quem publica, inclusive compreendido como uma das exigências para promoções e/ou acesso a alguns cargos. Portanto, trata-se de uma exigência de formação continuada.

Levando em consideração as áreas disciplinares de formação, destacamos os sete primeiros 85 (64,40%): ciências sociais 37 (28,03%); história 13 (9,85%); letras 11 (8,33%); filosofia 8 (6,06%); sociologia e direito ambos com 6 (4,55%) e antropologia 4 (3,03%). A mesma distribuição pelas publicações pode ser observada a seguir: *REF* 52 (62,65%) ciências sociais 22 (26,51%); história e letras ambos os casos com 7 (8,43%); filosofia 6 (7,24%); sociologia e direito, ambas com 5 (6,02%). Em *Cadernos Pagu* podemos identificar 33 (67,35%), sendo 15 (30,61%) das ciências sociais 15 (30,61%); história 6 (12,24%); letras e antropologia, cada

uma destas representando 4 (8,17%); filosofia 2 (4,08%) e; sociologia e direito 1 para cada (2,04%). Desse modo, as áreas das ciências humanas e sociais, assim como das letras são aquelas com maior divulgação de trabalhos na área dos EMGF nas publicações trabalhadas. Isso significa que as demais áreas, principalmente as chamadas de ciências duras, continuam a apresentar maiores desafios de trabalho sobre essas temáticas e maior possibilidade de ampliação de estudos.

Quanto à nacionalidade das pessoas que publicam, como primeira autoria, temos uma distribuição regionalizada, sobretudo a nível continental. Esse aspecto não inibe a contribuição e parceria de pessoas de outros países, sendo verificados, ao total, trabalhos de 15 países em quatro continentes. Destacamos os cinco primeiros casos comuns às publicações: Brasil 94 (71,21%); Argentina 9 (6,82%), Estados Unidos 8 (6,06%), França 4 (3,03%) e Portugal com 3 (2,27%). Na *REF*, 77 casos (92,77%), temos: Brasil 61 (73,49%), Argentina 6 (7,23%), Estados Unidos, com 5 (6,02%), França 3 (3,62%) e Portugal 2 (2,41%). Quanto a *Cadernos Pagu*, 83,67% (41) temos, Brasil 67,35% (33), Estados Unidos e Argentina, ambos com 3 (6,12%) e França e Portugal, um para cada (2,04%).

Desse modo, podemos perceber uma parceria regular entre países a nível regional, embora não sejam países com língua oficial portuguesa. No entanto, para além disso, apontamos que podem existir casos de pessoas de nacionalidade brasileira que estão em formação ou exercem algum tipo de atividade e/ou parceria acadêmica com colegas de outros países e, ainda, casos em que já enviam a contribuição em língua portuguesa.

Relativamente à autoria dos trabalhos, 3 pessoas assinam 2 artigos (totalizando 6 trabalhos) e as demais 126 não apresentam essa repetição. Esse quadro é significativo, pois pode indicar a intensa procura e renovação de autorias. Com isso também podemos evidenciar a colaboração de um amplo conjunto de pessoas que procuram publicar nessas revistas. A *REF* é a publicação que possui mais de 1 artigo assinado pela mesma pessoa (3 casos). Os demais 77, são de autoria solitária. Já *Cadernos Pagu* não possui essa repetição de assinaturas de artigos.

Salientamos que, apesar de podermos observar alguns dados com grande concentração, eles não são, em si mesmos, decorrentes de uma segregação, mas uma adequação corriqueira a padrões de submissão com as quais as publicações trabalham – de forma mais concreta, os indexadores (com destaque para *SciELO*) e

uma padronização, em larga escala, dos periódicos. Essas medidas podem ser compreendidas como aspectos que procuram garantir uma uniformidade de parâmetros de qualidade das publicações, especialmente com o decorrer do tempo e a profissionalização de seus quadros, além da adequação às estruturas acadêmicas atuais. Atendem também às exigências das agências de fomento, especialmente nacionais.

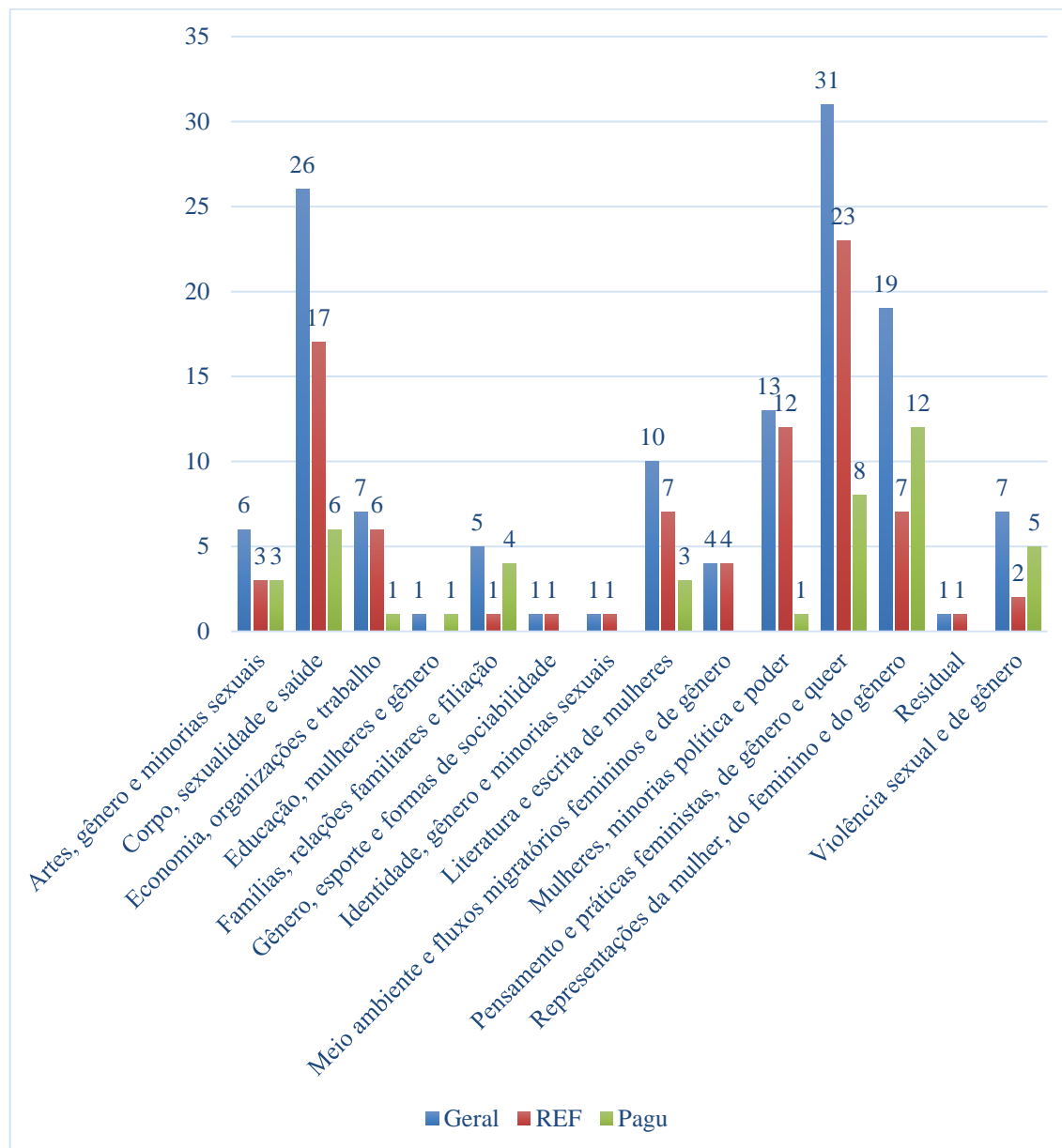
A terceira dimensão analisada é relativa aos dados dos artigos. Aqui, temos: idioma, temática geral, uso de resumo e de palavras-chaves.

Quanto ao idioma, podemos apontar o predomínio das publicações em língua portuguesa. Podem ser identificados 116 artigos em língua portuguesa (87,88%), língua castelhana 15 (11,36%) e português/inglês 1 (0,76%). Em relação ao uso destes idiomas, na *REF*, a língua portuguesa possui 73 (87,95%) e o espanhol 10 (12,05%). Já em *Cadernos Pagu*, a primeira possui 43 (87,76%), a segunda 5 (10,10%) e português/inglês 1 (2,04%).

A tradução para o português pode ser também observada como tentativa de ampliar o acesso aos textos publicados e de captar a atenção de pessoas de outras localidades, especialmente aquelas que não possuem o português como idioma oficial, mas que queiram contribuir, com predomínio da língua castelhana.

Relativamente às temáticas trabalhadas, elas podem ser vistas enquanto reflexos de fenômenos sociais relacionados com uma multiplicidade de fatores, alguns mais urgentes que outros e dependentes do contexto. Destacamos as três temáticas mais presentes: *Pensamento e práticas feministas, de gênero e queer* é a categorização dada com maior incidência para a *REF* (23) e a terceira para *Cadernos Pagu* (8). *Representações da mulher, do feminino e do gênero* é a primeira categoria em *Cadernos Pagu* (12). *Corpo, sexualidade e saúde* é a segunda categorização para ambas as publicações, *REF* (17) e *Cadernos Pagu* (9) enquanto a categoria *Mulheres, minorias, política e poder* é a terceira para *REF* (12). Os dados gerais estão expostos no gráfico 1. Estas três categorias concentram um total de 81 trabalhos (61,36%), 52 na *REF* e 29 em *Cadernos Pagu*.

Gráfico 1 – Temática geral, números absolutos e por publicação



A partir do gráfico 1, torna-se perceptível a ampliação de temáticas trabalhadas ao longo dos anos por ambas as publicações. Isso é possível devido às discussões que foram surgindo ao longo do tempo e em cada momento, o que não significa dizer que tenham acabado ou mesmo deixaram de ser trabalhadas. No entanto, ocorreram pequenos decréscimos em algumas das temáticas ao longo dos anos, mas essa tendência é relativamente menor do que a de crescimento ou mesmo de permanência.

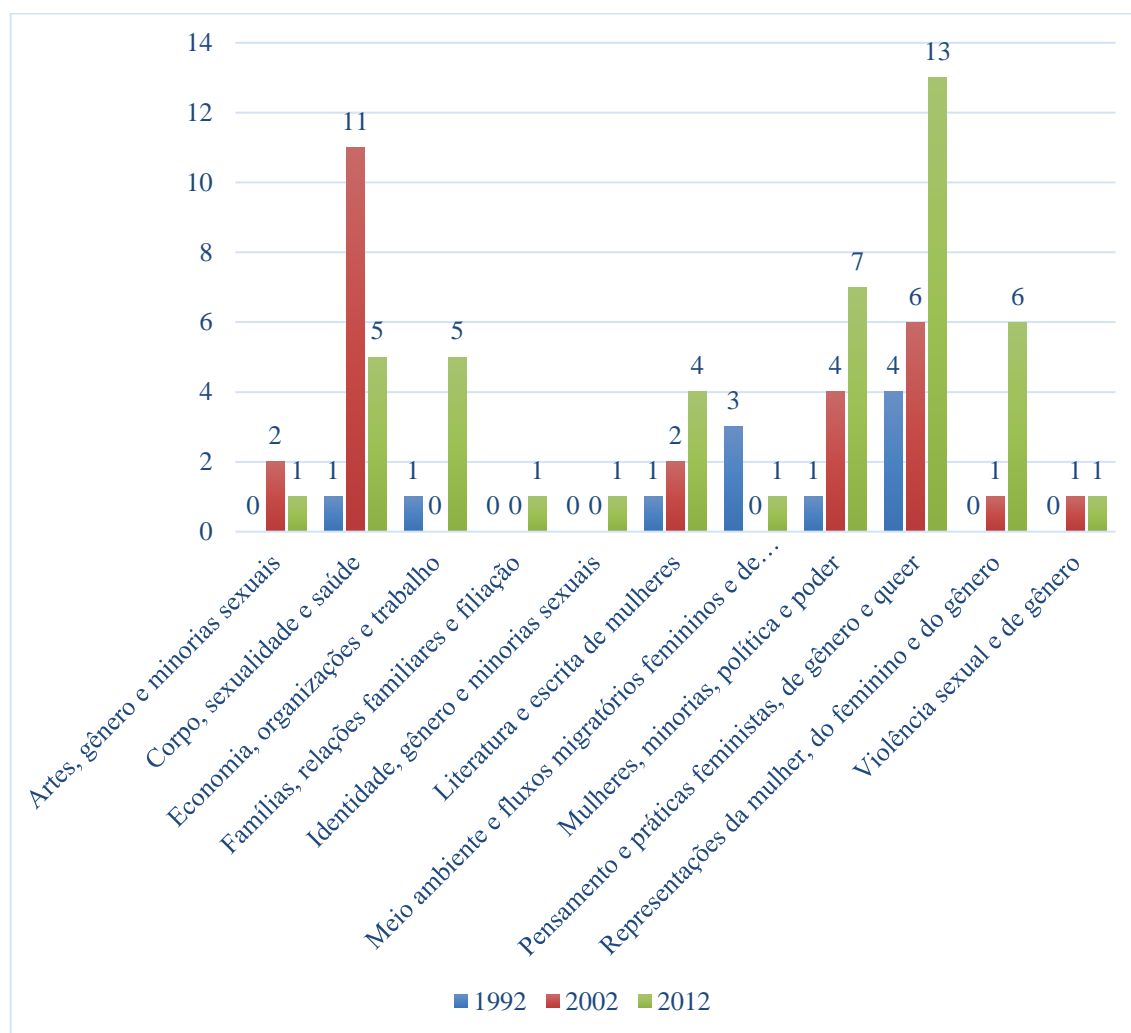
Quando observamos os dados dos gráficos 2 e 3, verifica-se uma crescente publicação de textos— referentes a nove temáticas: *economia, organizações e trabalho; gênero, esporte e formas de sociabilidade; identidade, gênero e minorias sexuais; literatura e escrita de mulheres; mulheres, minorias, política e poder; pensamento e práticas feministas, de gênero e queer; representações da mulher, do feminino e do gênero; residual e violência sexual e gênero*. Uma manutenção em quatro categorias, que são: *artes, gênero e minorias sexuais; corpo, sexualidade e saúde; educação, mulheres e gênero e famílias, relações de familiares e filiação*. Com decréscimo em uma categoria a de *meio ambiente e fluxos migratórios femininos e de gênero*.

Outra leitura que pode ser realizada é a de formação de dossiês ou números temáticos que podem explicar uma concentração em algumas edições. Neste caso, auxilia a leitura de alguns dados referentes a períodos temporais específicos, decorrendo disso sua maior expressividade. Mas, de modo geral, observa-se a tentativa de ampliar o conjunto de temas trabalhados ao longo dos anos.

Consideramos que essa medida é significativa também quando observamos a maior diversidade de pessoas que procuram estes periódicos para expor seus trabalhos, a nível interno, através do contato com as diversas regiões do país, e, externamente, quando relacionadas com outros países. Essa medida auxilia tanto na consolidação das publicações, impulsionando a discussão sobre os EMGF no país e fora dele, assim como atrai um crescente público leitor dos trabalhos publicados.

O gráfico 2, relativo à *REF* (1992, 2002 e 2012), expõe as temáticas por anos analisados, demonstrando se houve crescimento, manutenção ou decréscimo dessas temáticas ao longo dos anos. Também nos indica algumas das principais discussões do momento. Cresceram sete temáticas, mantiveram-se duas e outras duas tiveram uma diminuição, somando 11 temáticas trabalhadas.

Gráfico 2 – REF, distribuição geral por anos analisados (1992, 2002, 2012)



Diante do gráfico anterior, podemos observar o crescimento das temáticas *pensamento e práticas feministas, de gênero e queer; representações da mulher, do feminino e do gênero; mulheres, minorias, política e poder; literatura e escrita de mulheres; economia, organizações e trabalho; famílias, relações de familiares e filiação e identidade, gênero e minorias sexuais*. Percebemos que houve uma permanência nas temáticas *violência sexual e gênero e meio ambiente e fluxos migratórios femininos e de gênero* e uma diminuição em duas temáticas: *artes, gênero e minorias sexuais* e *corpo, sexualidade e saúde*. Portanto, diante desse quadro, constatamos um amplo quadro de temáticas, com atenção especial aos fundamentos dos EMGF.

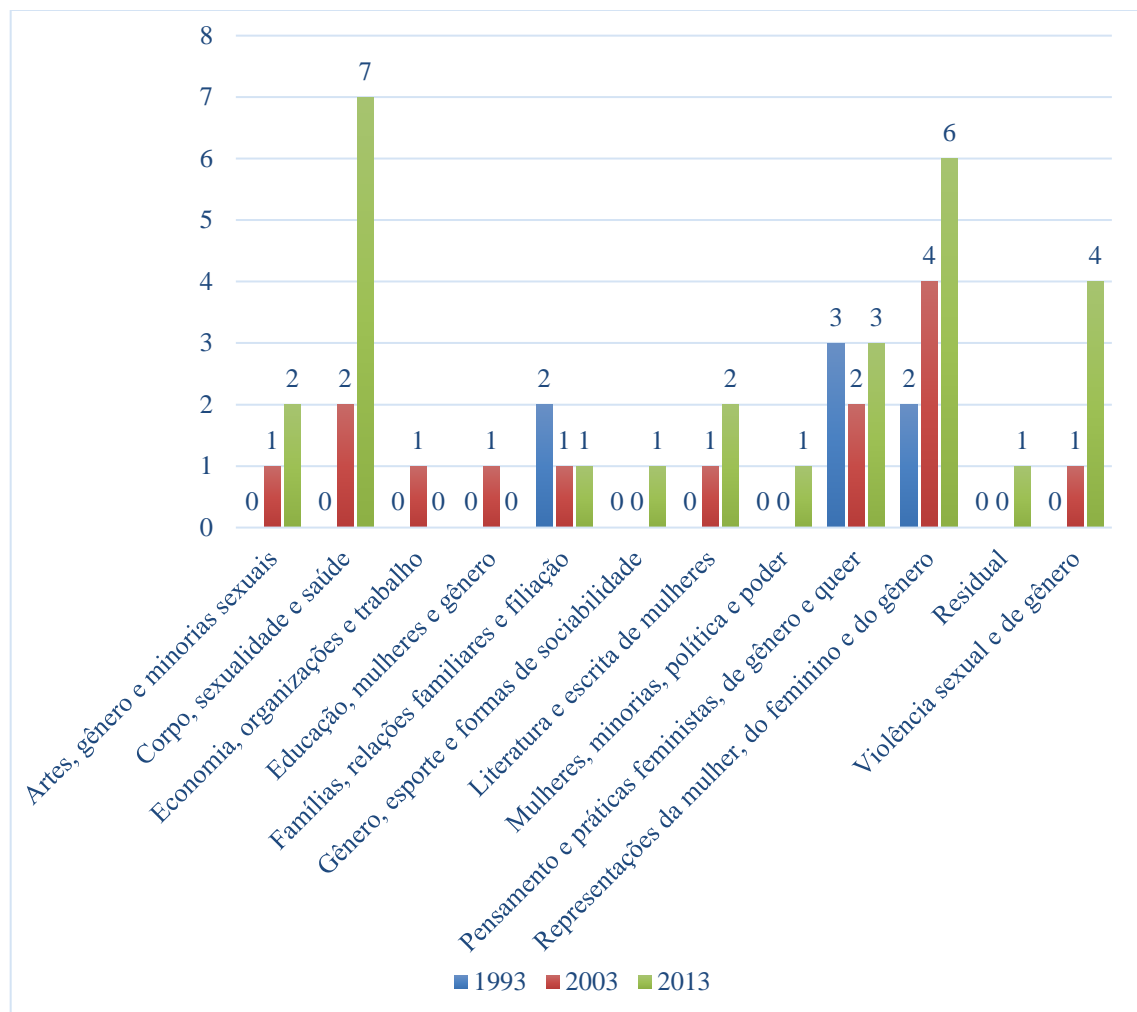
Quando observamos os dados relativos a *Cadernos Pagu*, apresentados no gráfico 3, podemos observar que, na maior parte das categorias consideradas (no total, foram identificadas 12 temáticas), ocorreu um crescimento ao longo dos anos em seis delas: *artes,*

gênero e minorias sexuais; corpo, sexualidade e saúde; literatura e escrita de mulheres; mulheres, minorias, política e poder; representações da mulher, do feminino e do gênero e violência sexual e de gênero.

Verifica-se uma regularidade nos casos das categorias *famílias, relações familiares e filiação* e *pensamento e práticas feministas, de gênero e queer*, e uma diminuição pequena nas seguintes temáticas: *economia, organizações e trabalho; educação, mulheres e gênero e famílias, relações familiares e filiação.*

Apenas duas categorias *identidade, gênero e minorias sexuais* e *meio ambiente e fluxos migratórios femininos e de gênero* não são observáveis nessas edições, em comparação com a *REF*. Há de se informar ainda o caso de um trabalho categorizado como residual, diante da não adequação a qualquer uma temática aqui já expressa.

Gráfico 3 - Caderno Pagu, distribuição geral por anos analisados (1993, 2003, 2013)



Portanto, observado o quadro geral, há uma proximidade entre as revistas, o que nos indica que, apesar de não possuírem relação editorial comum, o panorama dos EMGF no Brasil, verificado nesse recorte trabalhado, indica aspectos comuns. Essa informação consideramos ser significativa na medida em que pode indicar os caminhos que essa área de estudos está seguindo e onde deve ser mais fomentada, ou seja, perceber quais são os caminhos trilhados para propor alternativas de discussão.

Quanto aos dados relativos aos artigos, analisámos os resumos, presentes em trabalhos 102 (77,3%), e palavras-chaves, presentes em 96 (72,7%). Para aqueles que não dispõem desse recurso, analisámos a introdução dos textos.

Diante dos dados gerais apresentados, observamos que, apesar dos periódicos aqui trabalhados, possuem processos de constituição e atuação semelhantes, há formas mais particularizadas de veicular temáticas ao longo do tempo. Esse aspecto resulta de deliberações editoriais, como, por exemplo, o número de edições anuais, assim como as próprias das temáticas que serão priorizadas ao longo do período decidido. Nesse último caso, decorre especialmente quando observamos os dossiês e/ou números temáticos – que expressam o retrato do momento de publicação –, assim como, das relações estabelecidas, além de poderem expressar a política de fomento da ciência no país.

Considerações finais

Nesse trabalho, procurámos perceber a importância da teoria crítica feminista e o seu ativismo nos espaços acadêmicos e como esse processo auxiliou e influenciou a produção científica, nomeadamente na área dos EMGF, no Brasil. Concretamente, focámos a análise a partir da década de 1990, com a criação de periódicos feministas na área citada.

Diante dos dados apresentados, podemos observar, relativamente às temáticas trabalhadas, que há uma tendência de crescimento e/ou manutenção de temáticas consideradas como eixos formativos de pesquisa e fundamentos teóricos na área dos EMGF. No que diz respeito à diversidade geográfica das primeiras autorias identificadas, apesar de uma endogamia acadêmica, observada nos primeiros números, esta foi diminuída ao longo dos anos, decorrente de múltiplos fatores: o uso e a popularização da internet como meio de divulgação; a participação em congressos/seminários / e o estabelecimento de contato com outras academias e teóricas/os; a

diminuição de custos com as edições em formato físico. As publicações ainda passaram por um intenso processo de profissionalização de seus quadros e por uma adequação às normas de indexadores, sem perder de vista sua capacidade comunicativa para além da academia.

Evidentes avanços em outras áreas de discussão da cotidianidade feminina (no país e fora dele) são verificados através de nossos dados, ilustrando uma ampliação das intenções iniciais desses periódicos, que era de atender a um público leitor nacional.

Observa-se também que a ausência de uma política de Estado relacionada com a ciência e a tecnologia – principalmente relativa à divulgação das ciências humanas e sociais –, consideramos que há uma problemática, acentuada nos últimos tempos, que remete ao financiamento público. Esse fator pode vir a suspender a edição e a disseminação de diversas publicações, dentre as quais as aqui analisadas, posto que possuem circulação aberta e dependem desses fundos para sua manutenção. Essa diminuição é especialmente verificada desde 2016 (cf. Jinkings; Doria; Cleto, 2016), com as diminuições e cancelamentos dos últimos editais (2019 e 2020) para as áreas já citadas, evidência do momento crítico em relação à política de ciência no país. O financiamento é decisivo a vários níveis, inclusive resultando numa maior ampliação de jornada de trabalho dos membros dessas equipas editoriais e a constante preocupação com fontes de renda. No entanto, essas medidas tomadas pelo governo federal não ficam sem respostas. Cristina Wolff (2019: 55-56) destaca que, associado à resistência política e ao ativismo acadêmico desenvolvido pela *REF* (mas podemos estender essa observação também à *Cadernos Pagu*), os estudos feministas e de gênero continuam num crescente, apesar dos cenários adversos.

Além disso outros desafios que são comuns decorrem de um intenso trabalho na divulgação de novos aspectos epistemológicos e metodológicos a nível regional. Esse, em particular, é reconhecidamente um dos aspectos fundamentais para o processo de sedimentação, assim como para o impulso dos EMGF no país. As duas publicações analisadas aqui são, a esse nível, importantes canais de diálogo, seja pela duração, pelo reconhecimento nacional e internacional da sua qualidade, pela procura crescente, assim como pelo acesso aberto aos trabalhos publicados.

Além disso, destacamos o seu contributo para a formação teórica de muitos movimentos de base, ampliando a ação do feminismo em diversas frentes. A nível político institucional, isso também auxiliou numa pressão política de movimentos de

cariz feminista para a afirmação de leis de defesa dos direitos das mulheres e outras minorias.

Outros desafios são o de inclusão de outras áreas do conhecimento, como as ciências duras, uma maior penetração extra-acadêmicos, garantir uma política pública de fomento do conhecimento científico por parte das instâncias competentes e a “competição” com outras plataformas e maneiras de se comunicar a ciência, cada vez mais pulverizada.

Notas

¹ O presente texto está escrito conforme o novo acordo ortográfico.

² Com o intuito de sintetizar as diversas discursões que circundam a nomenclatura utilizada, optámos pela designação proposta por Maria do Mar Pereira (2017).

³ Além desta fundação, destaca-se o financiamento realizado pela Fundação Carlos Chagas.

Referências

- Bardin, L. (2016 [1977]). *Análise de conteúdo*. Edições 70, Lda.
- Corrêa, M. (1993). A propósito de Pagu. *Cadernos Pagu*, (1), 7-17.
- Corrêa, M. (1994). Apresentação. *Cadernos Pagu*, 2, 5-6.
- Costa, A. O. (2004). Revista Estudos Feministas: primeira fase, locação Rio de Janeiro. *Estudos Feministas*, 12(N.E.), 205-210.
- Diniz, D & Foltran, P. (2004). Gênero e feminismo no Brasil: uma análise da Revista de Estudos Feministas. *Estudos Feministas*, 12(N.E.), 245-253.
- Ergas, Y. (1991). O sujeito mulher: o feminismo dos anos 1960-1980. Duby, G & Perrot, M. (Orgs). *História das mulheres no Ocidente, o século XIX* (v.4). Porto: Afrontamento, 579-607.
- Evans, M. (1997). *Introducción pensamiento feminista contemporaneo*. Madrid: Minerva Ediciones.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª ed. São Paulo: Atlas.
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), 07-41.
- Heilborn, M. L & Sorj, B. (1999). Estudos de gênero no Brasil. Miceli, S. (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. *Sociologia* (v. II), São Paulo, Editora Sumaré/ANPOCS, Brasília, Capes, 183-221.

- Hierro, G. (org.). (1985). *La naturaliza feminina: tecer colóquio nacional de filosofía*. Universidad Nacional Autónoma de México, México.
- Hollanda, H. B. (2018). *Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- Hollanda, H. B. (Org.) (2019). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Hollanda, H. B. (Org.). (2020). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Jinkings, I; Doria, K & Cleto, M. (Org.). (2016). *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- Lavinas, L. (1992). Editorial, Coordenação. *Estudos Feministas*, 0(0) 3.
- Lopes, M. M & Piscitelli, A. (2004). Revistas científicas e a constituição do campo de estudos de gênero: um olhar desde as “margens”. *Estudos Feministas*, 12(N.E), 115-121.
- Lovell, T. (1996). Teoria social feminista. Turner, B. S. *Teoria Social*. Alges, Portugal: Difel, 313-346.
- Navarro, M. (2004). Publicações acadêmicas feministas no contexto norte-americano. *Estudos Feministas*, 12(N.E), 59-62.
- Pereira, M. M. (2012). ‘Feminist theory is proper knowledge, but...’: The status of feminist scholarship in the academy. *Feminist Theory*, 13(3), 283-303.
- Pereira, M. M. (2017). *Power, knowledge and feminist scholarship: an ethnography of academia*. Routledge: Lodon.
- Piscitelli, A. (1993). Apresentação. *Cadernos Pagu*, (1), 5-6.
- Quivy, R & Campenhoudt, L. (2017 [1992]). *Manual de investigação em ciências sociais*. 7ª ed. Lisboa: Gradiva.
- Rêgo, S. (2017). *Mulher e ciência: interfaces feministas entre conhecimento científico e político na América Latina*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea.
- Rêgo, S. (2019) *Ativismo feminista e academia: estudo acerca de periódicos de Brasil, Moçambique e Portugal*. *ComTextos*, 2(5), 1-24.
- Rocha-Trindade, M. B & Pires, M. L. B. (2013). Mestrado em estudos sobre as mulheres Universidade Aberta. *Faces de Eva. Estudos sobre mulher*, (30), 115-124.

- Scimago Journal & Country Rank (SJR). (2020). Disponível em: <https://www.scimagojr.com/journalrank.php?scielo=true&order=titem&ord=asc&category=3318>, acesso em 16/06/2021.
- Soihet, R & Costa, S. G. (2008). Interdisciplinaridade: história das mulheres e estudos de gênero. *Gragoatá*, (25), 29-49.
- Walby, S. (1996). Key concepts in feminist theory. *FREIA's tekstserve*, (33), 1-18.
- Wolff, C. S. (2008). Estudos feministas e movimentos sociais: desafios de uma militância acadêmica em forma de revista. *Estudos Feministas*, 16(1), 81-86.
- Wolff, C. S. (2019). “Revista Estudos Feministas”: uma trajetória de desafios. *Storia delle Donne*, (15), 37-57. Disponível em www.fupress.net/index.php/sdd, acesso em junho de 2020.
- Yin, R. K. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman.